



Sessão temática: Movimentos sociais e Serviço Social

Mesa coordenada Serviço Social, lutas e resistências dos movimentos sociais na conquista do espaço urbano

SERVIÇO SOCIAL, DIMENSÃO POLÍTICA E MOVIMENTOS DE MORADIA: A EXPERIÊNCIA DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO (UMM-SP)

CLEONICE DIAS DOS SANTOS¹
TUANE ROSSATTO²

RESUMO: Apresentam-se reflexões acerca da dimensão política do Serviço Social e do trabalho social realizado com grupos e famílias participantes em projetos de mutirão e autogestão na União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. A metodologia do estudo está embasada na perspectiva crítica; nos estudos do materialismo histórico e dialético; pesquisas bibliográficas e empíricas e observação nos espaços de inserção profissional e acadêmica das pesquisadoras. Parte-se de análises acadêmicas das autoras provenientes de suas pesquisas de mestrado e doutorado. Utilizamos depoimentos de quatro assistentes sociais e 23 lideranças participantes na UMM-SP.

Palavras-chave: Serviço Social; Trabalho Social; UMM-SP; Dimensão Política.

ABSTRACT: Reflections are presented on the political dimension of Social Work and social work carried out with groups and families participating in projects of self-help and self-management in the Union of Housing Movements of São Paulo. The methodology of the study is based on the critical perspective; in the studies of historical and dialectical materialism; bibliographical and empirical researches and observation in the spaces of professional and academic insertion of the researchers. It is based on academic analyzes of the authors from their master's and doctoral research. We used the testimonies of four social workers and 23 leaders participating in UMM-SP.

Keywords: Social Service; Social Work; UMM-SP; Political Dimension.

1. INTRODUÇÃO: BREVES REFLEXÕES ACERCA DA DIMENSÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

O debate sobre a dimensão política só é possível a partir da compreensão do Serviço Social como trabalho, inserido na divisão social e técnica do trabalho e, ainda, de que a profissão cumpre uma função social na reprodução das relações da sociedade no capitalismo contemporâneo. Assim como não é possível quaisquer análises sobre atuação profissional sem

¹Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

²Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

considerar sua condição de assalariamento e todos os condicionantes decorrentes.

Não se pretende aqui dar conta da complexidade do debate acerca da dimensão política da profissão, mas considera-se uma discussão inacabada no seio profissional³. Buscamos trazer à tona os elementos que se fazem mister para a análise da materialização e apreensão dos sujeitos da pesquisa a respeito da dimensão política contida no trabalho dos assistentes sociais. Não se trata de supervalorizar a dimensão política da profissão e incorrer no risco de adotar uma postura militantista⁴, porém, tão pouco se pode subjugá-la ao lugar longínquo das macro análises, relegando a essa dimensão morada exclusiva nas análises estruturais. Consideramos a dimensão política enquanto dimensão ineliminável das atividades sociais, assim como do fazer profissional.

Logo, o projeto profissional (e a prática profissional) é, também projeto político: o projeto político profissional. Detém, como dissera lamamoto (1992) ao tratar da prática profissional, uma dimensão política, definida pela inserção sociotécnica do Serviço Social entre os distintos e contraditórios interesses das classes (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 2, grifo do autor).

A transição da década de 1970 a 1980, as lutas sociais por democracia impactaram o processo interno da profissão de forte crítica ao conservadorismo⁵, que se somou a influência do Movimento de Reconceituação, que em muitos países latino-americanos, constituiu uma base sólida para o rompimento com o Serviço Social tradicional e a vinculação dos compromissos da profissão aos da classe trabalhadora (BRAZ; TEIXEIRA, 2009).

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social (PAULO NETTO, 2009, p. 11).

³ Cf.: PAULA, 2009. Dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação

⁴ 2 lamamoto (1994), ao dialogar com o projeto do Serviço Social Alternativo, relaciona o militantismo a uma “visão 'heroica”, “ingênua”, atribuindo possibilidades revolucionárias ao trabalho profissional, a partir de uma visão idealizada da transformação social.

⁵ Para fins deste trabalho partiremos do momento histórico caracterizado por Netto como Intenção de Ruptura. Para um estudo mais aprofundado sobre o processo de reconceituação (NETTO, 2009).

forte influência da teoria marxista⁶, deu insumos para uma profunda crítica ao sistema econômico vigente, o que proporcionou a sintonia entre o projeto profissional e o de sociedade idealizado pela classe trabalhadora. Claramente, a sociedade estava em uma disputa de projetos, uma luta de classes, e uma parcela da categoria profissional estava vinculada às organizações, aos sindicatos e movimentos sociais. Identifica-se a consolidação de um projeto de profissão, que agora, consciente de seu papel na sociedade, rompe com a ideia de neutralidade e apoliticismo e localiza sua atuação no interior das relações de disputa de poder. Assim manifesta-se a tomada de consciência da categoria acerca da existência da dimensão política da profissão. A profissão é direcionada por uma nova visão de mundo, elaborada pelo conjunto e pelas contradições dos elementos que marcavam aquela conjuntura, e reflete seu arcabouço de valores e aspirações políticas em um projeto profissional que tem íntima vinculação com um projeto societário.

Marco histórico de um novo tempo de avanço da sociedade brasileira foi a Constituição Federal de 1988, fruto de lutas dos movimentos sociais, que buscavam democracia e a garantia de direitos. Neste contexto, e mediante aos avanços também das conquistas profissionais, o Serviço Social, busca romper com pensamento conservador na perspectiva de direitos.

O projeto ético político do Serviço Social brasileiro detém nítida vinculação com o projeto de sociedade classista, crítico e democrático. Segundo Netto (2009), a determinação do Serviço Social pelas contradições de classe, confere à prática profissional sua dimensão política, na qual reside um posicionamento hegemônico vinculado a um projeto societário transformador. A hegemonia desse projeto não lhe garante exclusividade, o que significa dizer que, no interior da categoria profissional, existem vários projetos em disputa.

A realidade se impõe, assim, para uma análise que se aproxime do movimento real, devem ser considerados elementos que envolvam as ações profissionais; elementos históricos, conjunturais culturais e econômicos, do espaço sócio-ocupacional, da política, profissão e, ainda, condições de vida e trabalho dos profissionais e do público atendido.

⁶ A partir de 1971 se inicia uma aproximação a tradição marxista, porém sem rigor teórico, pois o acesso as leituras se restringia a manuais de divulgação do marxismo-leninismo, o estruturalismo de Althusser e aos escritos maoistas

Referimo-nos à mediação da consciência individual (IASI, 2006) e coletiva do sujeito profissional, ao domínio das categorias ontológicas e reflexivas explicativas dos fenômenos, ao conhecimento das suas manifestações objetivas, bem como ao domínio institucional-legal das políticas e aos processos a elas relacionados, cujas competências profissionais para operar sínteses, proposições, articulações e negociações (compatíveis com cada estágio de domínio do objeto e permeabilidade socioinstitucional) são uma exigência teórica e operativa (MOTA, 2014, p. 700).

Nessa direção a dimensão política da profissão configura-se na capacidade de analisar o real, de relacionar as ações cotidianas com a conjuntura, com a estrutura e superestrutura, de afirmar compromissos sociais com a classe trabalhadora. A dimensão política, se expressa no fazer técnico-operativo e teórico metodológico para enriquecer as leituras não apenas da profissão e seu impacto, mas também da história de vida e luta da classe trabalhadora.

2. HABITAÇÃO E MOVIMENTO DE MORADIA: A EXPERIÊNCIA DA UMM-SP

No processo histórico de construção das cidades, o Brasil tem sido palco de lutas e disputas pela terra, pelo direito à cidade, por moradia digna, melhores condições da vida e trabalho. As cidades foram crescendo desordenadamente, sem planejamento ou acompanhamento de políticas públicas que atendessem à população de baixa renda.

O Estado apresenta respostas insuficientes para a população no que tange ao déficit habitacional, contribuindo ainda mais ao crescimento urbano desordenado nas cidades. É dos anos 70 e 80 do século XX, no contexto dos movimentos contra a ditadura e por redemocratização, a retomada das lutas por moradia, que tem como marco a conquista da Constituição de 1988 e a luta pela Reforma Urbana. Nesse período surgem os movimentos locais e nacionais por moradia e também o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), principais organizações e articulações relacionadas à luta da questão urbana no Brasil. Desde então, os movimentos de moradia, profissionais e acadêmicos vêm lutando por uma política habitacional nas esferas municipal, estadual e nacional, com

participação que garanta o acesso à moradia e a construção de cidades mais justas.

A necessidade de repensar essa configuração de cidades evidencia-se, por exemplo, quando observadas as condições de vida dos(as) trabalhadores(as) que estão isolados em bairros periféricos vivenciando diversos sacrifícios cotidianos, como o longo trajeto em transporte público ao se deslocarem do bairro onde vivem até o local de trabalho, além do precário acesso a serviços públicos.

A proposta de Reforma Urbana implica pensar a construção das cidades, com planos diretores e a reorganização do espaço urbano. Visa também o direito à cidade, prevendo a construção de moradia em espaços que não são utilizados na cidade, além de objetivar construir espaços sociais públicos (saúde, educação, cultura, lazer, transporte, trabalho, etc.).

Marco de lutas por Reforma Urbana e moradia é o Estatuto das Cidades, de 2001, que, dentre os seus princípios, prevê a função social da propriedade. Em 2003, com o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), acentua-se a mobilização em torno da Política Nacional de Habitação (PNH). É desse período a criação do Ministério das Cidades.

Em 2009, também com a proposta de estimular a economia brasileira e minimizar o déficit habitacional, é criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). É importante destacar que um dos avanços na luta pelo direito a moradia é o reconhecimento do trabalho social na PNH com financiamento público federal. O PMCMV apresenta contradições, uma vez que vem estimulando o mercado de imóveis, o que gera forte valorização imobiliária e o aumento do preço das terras.

Com isso, as famílias de baixa renda, já vítimas de um sistema perverso, continuam com dificuldade de acesso ao direito à moradia. Por outro lado, verificam-se pressões históricas dos movimentos populares, dentre os quais se incluem os de moradia. Nesse contexto, está a UMM-SP fundada em 1987, com o objetivo de lutar pelo direito à moradia, por Reforma Urbana e autogestão. Constitui-se como uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos e está organizada por regiões: norte, sul, leste, oeste e região central da cidade de

São Paulo. Além das lutas, tem histórica atuação na construção Habitação de Interesse Social (HIS) em todo Brasil, em especial na cidade de São Paulo. Dentre os princípios da UMM-SP, destaca-se a preocupação em trabalhar com técnicos que compartilhem do mesmo ideal político, incluindo a luta pela a Reforma Urbana e a construção de cidades mais igualitárias.

O movimento sempre defendeu o direito à moradia, à cidade e à participação popular nas políticas públicas, por meio da proposta autogestionária, e desde sua fundação mobiliza grupos e estimula o surgimento de novas lideranças pelo País. No âmbito nacional, as articulações da UMM-SP estendem-se também à União Nacional de Movimentos Populares (UNMP) Central dos Movimentos Populares (CMP), e construindo uma articulação que hoje atinge 23 estados brasileiros. A UMM-SP contribuiu para a criação da UNMP, que se consolidou, em 1989, após a articulação dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais no processo de coleta de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular (Lei 11.124/2005)⁷. Contribuiu também para a inclusão da modalidade Minha Casa Minha Vida - Entidades (MCMVE), com vistas ao controle social na produção habitacional, por meio da autogestão.

A autogestão na produção habitacional é considerada não apenas no aspecto de construção de moradia e gestão de recursos, mas também de espaços nas cidades, para que possam ser geridos pela população, pelas comunidades, na busca da construção de cidades sustentáveis e com melhor qualidade de vida. Considerando que, historicamente, no Brasil, há um esforço das elites em restringir o acesso às cidades, criminalizar as lutas dos movimentos sociais, a participação popular nas decisões e na construção de políticas públicas, com vistas a favorecer a classe dominante, é fundamental a presença de profissionais que contribuam para o rompimento dessa lógica desigual. É importante compreender a cidade como fruto dos processos de produção social, o que requer investimento nos métodos de participação e compromisso social para uma prática sólida.

⁷ Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

2.1 O trabalho social desenvolvido pela UMM-SP no contexto do PMCMV-E: a contribuição do assistente social.

A ideia de realizar o trabalho social em projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) não surgiu com o PMCMV-E, no entanto, para este trabalho, nos interessa, em particular, o trabalho social desenvolvido com a UMM-SP por meio do PMCMV-E.

Compreendemos o trabalho técnico social como um processo de construção coletiva e um dos principais canais para fomentar ações que potencializem o fortalecimento da atuação dos sujeitos políticos, na perspectiva de direitos e emancipação.

Na trajetória das políticas habitacionais, o trabalho social atendeu a requisições conservadoras, que possibilitassem aceitação e adaptação das pessoas às formas de intervenções estatais, que sempre estiveram afinadas com os interesses da construção civil. As remoções da população de baixa renda das áreas centrais eram ações bastante utilizadas, contribuindo com a lógica de segregação das cidades.

De acordo com Paz e Taboada, 2010 o trabalho técnico social realizado nos programas de HIS está presente na Política Nacional de Habitação e Saneamento desde o período do BNH, contando com a participação dos técnicos sociais na atuação com a habitação popular.

Desde os anos 1960, observa-se a presença da interdisciplinaridade na composição das equipes, restrita aos profissionais da área de humanas, incluindo especialmente sociólogos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. No entanto, é significativa a predominância dos profissionais da área de Serviço Social que trazem para esta atuação referências teórico metodológicas e compromissos ético-políticos, construídos pela profissão num movimento de luta contra as bases conservadoras e tradicionais da profissão (PAZ E TABOADA, 2010, p. 46).

O trabalho social era mais voltado ao processo de seleção das famílias e, ao mesmo tempo, por ações com vistas a sanar pendências financeiras dos moradores em relação ao imóvel adquirido. Essa forma de limitar as ações do trabalho social e dos técnicos sociais, além de compor questões estruturais, culturais e afinadas com o mercado, também se utiliza do fato de que o técnico social é um trabalhador assalariado e, portanto, “é o momento em que o capital está decidindo sobre a vida dos trabalhadores, e o que lhe importa é apropriar-

se do trabalho social” (GOMES, 2009, p.11). Tanto os profissionais, como também os representantes dos movimentos sociais, opuseram-se a essa forma conservadora de pensar o trabalho social.

Considerando que a maioria dos trabalhadores sociais do período eram assistentes sociais, cabe destacar que essa categoria de profissionais, além de se opor ao modelo de ações emergenciais impostas pelo governo, buscou trabalhar com propostas na perspectiva da emancipação social. Os profissionais, com destaque aos assistentes sociais, embasados na perspectiva de uma prática emancipatória e partindo das diretrizes do direito à cidadania, passam a se articular com os movimentos sociais objetivando fortalecer as lutas e contribuir para a mudança social. Paz e Taboada (2010, p. 47) salientam que, apesar desse período repressivo e da ausência de estímulos as atividades organizativas, as propostas e discussões acerca do trabalho social eram voltadas a ações que favoreciam o direito do trabalhador e viabilizem sua autonomia

O Código expressa o amadurecimento teórico-político do Serviço Social, representa a dimensão ética da profissão, define parâmetros para o exercício profissional, nas relações com usuários, outros profissionais, com a Justiça, com empregadores, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados.[...] A intervenção dos assistentes sociais orienta-se para os processos emancipatórios, por meio de ações de cunho socioeducativo e organizativo e de prestação de serviços (PAZ E TABOADA, 2010, p. 51).

Essa categoria de profissionais, além de sua própria trajetória de luta, contribui com assessoria aos movimentos sociais e participa, em conjunto com esses atores, na luta pela reforma urbana.

O trabalho social do PMCMV é normatizado pela Portaria 21, de 22 de janeiro de 2014, que aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades, e rege as atividades que devem ser desenvolvidas com as famílias. Nessa portaria, o trabalho social está definido como:

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e políticoinstitucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da

sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014b, p. 5).

No caso do PMCMV-E, o próprio movimento contrata o profissional com a verba pública destinada a esse fim. O movimento pode contratar o profissional de forma direta, ou indireta, através de assessorias, consultorias ou cooperativas. Uma nova relação se estabelece; novos interesses a serem atendidos estão colocados aos assistentes sociais, que ocupam esse espaço; são novos desafios e possibilidades. Essa modalidade do programa não foi apenas uma concessão do Estado, mas uma luta dos movimentos, e representa menos de 3% da totalidade do PMCMV; todavia, é uma experiência de inserção profissional que deve ser considerada.

O trabalho social contratado diretamente pelo movimento tem maior autonomia, todavia, não se pode perder de vista que não é um trabalho independente; o financiamento do Estado atrela o trabalho as normatizações.

No espaço de atuação com a UMM-SP em HIS o assistente social tem contato direto com os movimentos de moradia e podem contribuir para o fortalecimento das ações de movimentos sociais.

Os desafios encontrados para o trabalho social e para os técnicos sociais são diversos, por isso, é fundamental que os profissionais, dentre outros elementos, sejam capazes de desmistificar as ideologias burguesas acerca de sua atuação e de seu papel para que possam alcançar maior protagonismo nos processos de elaboração de políticas públicas, na atuação com a população e para se opor, embasados no pensamento crítico, às ações planejadas sem a participação e contribuição dos técnicos sociais e da população envolvida.

É importante identificar-se com o trabalho nos movimentos de moradia e, conjuntamente, se opor a essa forma de planejamento que vem de “cima para baixo”, para não ser um mero complemento de ações emergenciais que desfavoreçam a população. Para Evaniza Rodrigues⁸ (*apud* Santos, 2016, p. 144), os profissionais que atuam com a UMM-SP têm identidade de princípios.

Nós nunca contrataríamos um profissional, por mais qualificado e renomado que fosse que tivesse uma visão de mundo confrontante

⁸ Liderança, militante da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, da União Nacional de Moradia Popular e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 01.

com a visão de mundo do movimento. Não faz sentido isso. Eu não vou contratar um advogado que defende o individualismo ao extremo e tal. Não. É uma identidade ideológica, uma identidade de princípios, mas no social isso fica muito mais claro.

Coloca-se para esse profissional o esforço de apreender as determinações do real, as mudanças conjunturais que impactam a vida cotidiana, é contínuo e sistemático, de natureza não só política, mas técnica, para qualificar a atuação profissional individual e agregar potência ao corpo coletivo, à profissão.

[...] o que existe é insuficiente fundamentação e sistematização teóricas que permitam estabelecer relações entre: conjuntura e estrutura, manifestações cotidianas e necessidades históricas, espontaneísmo e direção política dos processos, políticas sociais e intervenção do Estado, ideologias e práticas de classes, para elencar tão só os essenciais (MOTA, 2014, p. 700);

2 REFLEXÕES E NARRATIVAS DOS SUJEITOS HISTÓRICOS: EXPERIÊNCIAS SINGULARES NA INTERAÇÃO COM A UMM-SP

Para contribuir com as reflexões acerca da dimensão política do serviço social, apresentamos as narrativas dos profissionais sendo 04 assistentes sociais⁹ que atuam com os movimentos da UMM-SP e as contribuições do trabalho social a partir de reflexões de 23¹⁰ lideranças que participam das atividades do trabalho social realizada pelas assistentes sociais que atuam com o movimento.

Ao buscar o entendimento dos profissionais entrevistados sobre a dimensão política da profissão, surgiram palavras chaves que expressam concepções: princípios, defesa, posicionamento e projeto. Em nossas entrevistas aparece nitidamente a vinculação dos profissionais entrevistados a um projeto de sociedade alternativo ao vigente; um projeto que se coloca ao lado da classe trabalhadora na defesa de seus interesses.

Revela-se, em uma das falas das entrevistadas, a clareza da existência de uma dimensão política que independe da apreensão dos profissionais, mas que norteia a atuação, por meio de princípios e valores elegidos coletivamente

⁹ As entrevistas com as profissionais estão indicadas de forma anônima, assim, optamos por nomear os sujeitos da pesquisa com os seguintes indicadores: assistente social 1; assistente social 2; assistente social 3 e assistente social 4.

¹⁰ Dados coletados em junho de 2018, tendo como instrumento questionário com questões abertas e fechadas, aplicado a um grupo de 23 pessoas que participam do projeto Alexios Jafet de HIS com recursos do programa MCMV-E com obra em andamento no bairro do Jaraguá SP da UMM-SP.

e que se impõem ao profissional para serem defendidos; esses valores se traduzem nas ações profissionais em seus posicionamentos cotidianos.

Existe a possibilidade de não existir dimensão política? Não existe. É isso, eu acho que é o conjunto de princípios que o profissional defende e na sua interatuação o profissional coloca em prática [...] a dimensão política, ela vai estar o tempo todo traduzida nas suas ações, nas coisas que você vai defender no dia a dia daquela intervenção, e estamos falando de política pública, de concepção de direito, de concepção de visão de mundo. Não consigo ver. E tem gente que defende que não existe, que é possível ter uma neutralidade nessa atuação. Não. Você vai estar defendendo um modelo [...] (assistente social 1).

[...] entendendo que a dimensão política é toda essa capacidade, de aprendizado juntos, para chegar no objetivo final. Quando eu falo desses aprendizados, eu estou falando de tudo, assim, da prática, da formação na graduação, do processo pessoal de vida, do que você defende e do que sua profissão defende, que tem que ter uma identidade que você defende também, e eu diria que é um saber, a dimensão política da profissão é um saber, até especial, né, que nos possibilita desvendar a realidade e ao mesmo tempo atuar em cima desse saber (assistente social 2)

O projeto ético político aparece em algumas falas como norteador da dimensão político profissional e devido ao seu alinhamento ao projeto do movimento de moradia em que os profissionais atuam e ainda o alinhamento desses projetos a um plano maior, um projeto societário; esse conjunto de princípios parece se colocar como o balizador e norteados das ações profissionais.

O serviço social tem um compromisso de atuação, de defesa destes lugares. Acho que, para mim, ela está muito vinculada ao projeto do movimento, tipo estes cartazes de resistência ou de enfrentamento ou de encontrar alguma solução. É uma profissão que se coloca num lugar e defende: “Olha, meu projeto profissional tem que estar vinculado a este compromisso com a classe dos trabalhadores”. Acho que [a dimensão política] é neste sentido aí (assistente social 3).

[...] eu acho que a dimensão política [...] é eu perceber como que eu enxergo essa profissão, é perceber como que eu consigo entender esse trabalho, o exercício profissional, o fazer cotidiano, o que me direciona, quais são as intencionalidades, o que eu deposito nesse trabalho, no que eu me apoio. Existe um apoio, existe uma base, existe um alicerce para isso, eu vou buscar isso tudo naquela bagagem lá, que eu fui acumulando durante a formação, durante a vida, nas experiências que eu tive, eu vou buscar no apoio teórico, eu vou buscar no apoio metodológico. Então, eu entendo dimensão política pela direção do próprio trabalho, quer dizer, existe um rumo, existe um norte, eu estou ali direcionada por uma questão mais ampla, por uma questão, por um projeto que vai impor, que

pressupõe mudanças, que pressupõe outros posicionamentos e outras formas de se relacionar (assistente social 4).

A dimensão aparece na fala dos profissionais vinculada à defesa de uma classe, aos princípios que balizam o compromisso com uma classe, o compromisso com o projeto político da classe trabalhadora. Essa dimensão, constituída na visão dos profissionais, se coloca aqui como a balizadora de seus posicionamentos profissionais, de suas ações.

Na contramão da ideologia dominante, o Serviço Social coloca-se na defesa dos interesses dos trabalhadores. Ante aos dilemas da coletividade, os assistentes sociais preservaram sua capacidade de indignação, e fazendo frente à naturalização das barbáries, buscam problematizar com as famílias e lideranças a origem dos valores reproduzidos e, principalmente, a quem servem esses valores; resgatar os valores e a ideia de humanidade requer o exercício da capacidade de empatia e solidariedade.

Para o trabalho social com movimento social, na habitação de interesse social, é imprescindível a organização da população, a capacidade de, coletivamente, se posicionar perante os ataques à classe trabalhadora, na defesa dos projetos que atendem aos trabalhadores; a busca pela ampliação e qualificação do atendimento às demandas do movimento. Identifica-se, na fala dos profissionais, o combate à reprodução dos valores que estão a serviço da ordem do capital, o combate às posturas individualistas, com vistas à reconstituição dos laços sociais, do sentimento de pertencimento e reconhecimento, da reconstrução da humanidade na busca pelo fortalecimento da luta, e da garantia e ampliação de direitos.

[...] trabalho numa perspectiva de romper com a cultura do individualismo, de estimular o coletivo, [...] há pessoas que vão contrariar, vão dizer que não existe uma cultura individualista, que existe uma tentativa de acabar com o que se tem de coletivo. A cultura do individualismo é colocada tanto, todos os dias, que, eu diria, até os mais antigos já estão sendo influenciados, hoje em dia tudo é mesmo para você ficar distante de qualquer ser humano, se isolar, até para não se organizar mesmo, a gente sabe disso [...] e aí eu brinco que meu pai antes enchia a laje com os vizinhos e hoje ele quer pôr uma máquina lá que ela faz isso em quarenta minutos! Então, não vai ter mais essa relação, então, acho que essa é uma das coisas que a gente precisa fazer, para fortalecer as relações [...] (assistente social 2).

O trabalho de contracultura impõe-se nas atividades dos assistentes sociais entrevistados; a necessidade de construir uma consciência coletiva a

partir da desconstrução de valores e preconceitos provenientes do senso comum, mas que se instalam de forma arraigada na consciência individual é um dos desafios apontados pelos profissionais.

Para a desconstrução desses valores, dessa cultura, da ideologia vigente, os profissionais colocam o conhecimento teórico-metodológico adquirido na formação acadêmica do Serviço Social. Aparece na utilização do método crítico de apreensão da realidade, que é colocado enquanto metodologia para o trabalho social desenvolvido com as famílias, compreendendo o poder que esse método carrega de estimular uma forma de pensar crítica que busca desvendar as relações ocultadas; busca as conexões e relações não aparentes; e com isso almeja exercitar a quando questionados sobre os objetivos do trabalho social, todos os entrevistados se remeteram ao estímulo e exercício do pensamento crítico como forma de apreensão da realidade, como um instrumento potencializador da luta social, a partir da reconstrução dos nexos e relações entre os elementos do real vivido pelas famílias.

Então, o trabalho social, eu acho que ele potencializa, o objetivo dele é potencializar essa iniciativa, trazendo elementos que não estão no repertório do senso comum, dessas pessoas, não está no repertório do dia a dia, né, trazendo as informações, muitas vezes, que as pessoas não têm acesso, mas principalmente trazendo um olhar crítico, exercitando o olhar crítico, sobre o mundo, e o interessante é isso, não é só sobre moradia, não é só sobre política de habitação, é sobre o mundo, sobre onde você vive, o que que acontece, ajudando a fazer relação[...] nem sempre as coisas são tão óbvias assim, então acho que é isso, ajudar as pessoas a fazer a relação do que acontece no seu entorno (assistente social 01).

O estímulo ao pensamento crítico objetiva desenvolver a capacidade de apreensão da totalidade social, do movimento da realidade, das relações de poder, é a investida na apreensão da divisão de classes colocada na sociedade e disputa constante entre elas. Reconstrói-se a identidade de classe das famílias, e revela-se aos olhos agora com alcance aumentado pela teoria crítica, o lugar de trabalhador e o lugar que o mundo destina aos trabalhadores, vai se construindo o pertencimento a uma classe e o desejo de luta coletivo pela transformação dessas relações.

[...] a possibilidade de trabalhar as relações, trabalhar os grupos no sentido mais das relações humanas, desse pensamento que a gente vem tanto falando aí de tentar resgatar o que nos é tirado culturalmente. Resgatar a cultura de um pelo outro e não do individualismo, enfim, que a gente vem nessa disputa com o capital,

tendo que trabalhar muito a questão do individualismo, então, eu penso nisso, e a gente acaba tendo um pouco esse papel, e até na formação política mesmo, porque, não dá para descolar (assistente social 2)

Lideranças do UMM-SP revelam os reflexos do trabalho desenvolvido com as famílias, por meio de suas falas que demonstram a contribuição com uma mudança de postura no sentido da coletividade:

As pessoas estão mais próximas e amigas; por que estão um pouco mais unidos; todo fim de semana temos mais contato por causa das atividades estamos mais próximos; porque uns acreditam e outros não mas todos estamos juntos no mesmo objetivo; as relações, as abordagens estão mais fáceis; as famílias, após estarem convivendo, estão interagindo melhor; hoje vejo mudanças, tenho mais amigos. Os comportamentos das pessoas mudaram; porque tanto o social ou convívio, fez as pessoas interagir mais e soltar suas opiniões; no início havia uma distância entre as pessoas, hoje acho que estão mais juntos (depoimento das lideranças da UMM-SP, junho de 2018).

Apesar de todas as dificuldades colocadas na realização do trabalho social e em particular aos assistentes sociais que atuam com a UMM-SP, observa-se, que o processo do trabalho social é compreendido pelas famílias para além da obra. De acordo com Erika¹¹ (apud Santos, 2016, p.142)

O trabalho social contribui quando passa conhecimentos sobre temas que são pouco abordados na atualidade, contribui quando coloca as famílias para trabalhar juntas em processos que vão além do mutirão, com trabalhos sobre cultura, política ou através de discussões que acontecem em grupos de trabalho [...] a técnica social na moradia está para desenvolver a consciência coletiva, aumentar a integração entre as famílias e desenvolver o sentimento de cooperação e a ideia de que juntos somos mais fortes e podemos muito mais.

A experiência em projetos de HIS na UMM-SP traz para a categoria profissional a oportunidade de materializar a proximidade com os movimentos sociais, não apenas de forma discursiva, ou em solidariedade, mas compartilhando o saber com os movimentos de moradia, não restritamente à sua defesa, mas atuando na própria luta cotidiana do movimento social, encarando frente a frente os dilemas e as contradições desse espaço; rompendo com a visão romantizada do movimento social; e reconhecendo o espaço de resistência que ali se constrói apesar dos brutais ataques do capital às organizações populares.

¹¹ Liderança da Associação por Habitação com Dignidade da UMM-SP, participante no projeto de HIS Alexios Jafet com recursos do programa MCMV-E que está em fase de obras. A liderança autorizou a divulgação de seu nome, em depoimento para a dissertação de Santos, 2016.

[...] nós somos muito privilegiados por poder atuar em coletivos, em instituições, o movimento é uma instituição que têm uma visão de mundo semelhante à nossa, diferente das pessoas que têm, né, um profissional concursado de um município que vê a política a cada quatro anos virar do avesso. Não que não é possível essa atuação, é, mas a sua atuação vai ter muito mais contradições, vai estar permeada o tempo todo de contradições e de enfrentamentos, do que a que a gente faz, a gente tem, assim, um privilégio de ter atuado nessa área, né, o privilégio não é econômico, obviamente, mas é um privilégio de poder fazer isso (assistente social 1).

Nessa proximidade, a categoria profissional pode aprofundar o conhecimento acerca das transformações nos movimentos sociais brasileiros, nas últimas décadas; enriquecer os debates em torno dessas novas e velhas conformações, para contribuir de forma mais efetiva e concreta com a classe trabalhadora nos seus próprios espaços de organização. Assim como o capital, a dimensão política da profissão não é uma coisa, é um processo. Processo construído a partir das relações humanas, assim, sua apreensão dá-se na história, no movimento do real, na correlação das forças colocadas na sociedade e no lugar que a profissão ocupa em determinado tempo e espaço, em determinada conjuntura.

A compreensão da dimensão política da profissão é também a compreensão dos limites da profissão, tão necessários para não retornarmos a uma visão idealizada das possibilidades profissionais, mas, na mesma via da compreensão da dimensão política, é uma redescoberta articulada da força da atuação, tão necessária para manter viva a força na luta por manter os compromissos assumidos por essa profissão em relação à classe trabalhadora.

4 NOTAS CONCLUSIVAS

Afirmamos que a compreensão da dimensão política em sua real potência precisa partir do estudo e da análise do real, do concreto, dos espaços sócio-ocupacionais, do cotidiano profissional, das complexas teias que conectam os espaços, os profissionais, as políticas, os trabalhadores, o capital. Ou seja, a compreensão das expressões das relações sociais colocadas em cada espaço sócio-ocupacional, em cada ação profissional.

A contradição colocada na sociedade também se expressa no o trabalho social, pois ao mesmo tempo em que as ações podem (e devem) fortalecer o movimento de moradia, também atende aos interesses do capital.

Nesta perspectiva há diversas disputas colocadas no processo de lutas de classes, uma delas é o lugar e a contribuição do trabalho social.

Neste sentido, é importante aos trabalhadores sociais que atuam com os movimentos de moradia a clareza de que posturas e ações fortalecem um lado ou outro, para que se possam criar estratégias no sentido de contribuir com a luta da classe trabalhadora. Observa-se na trajetória dos programas habitacionais que, com todas as dificuldades e contradições que implica o programa MCMV-E, ainda é um avanço para realização do trabalho social e resultado de longa luta dos movimentos de moradia, em especial a UMM-SP. É uma possibilidade para que os profissionais e o movimento mantenham atuação coletiva e sua resistência ao realizar um trabalho que diferencia-se, mesmo dentro do programa, das ações que excluem as famílias dos processos.

Dessa forma, utilizam das possibilidades do programa, para estimular as famílias do movimento a continuar lutando para a execução da política urbana na direção da maior equidade social. Ao mesmo tempo, sem permitir que os programas habitacionais, que atendem aos interesses de mercado, sejam desmobilizadores dessa luta.

Trazemos para o Serviço Social as contribuições da experiência profissional na UMM-SP em projetos de autogestão. O estudo revelou novas possibilidades colocadas para a ação profissional, a materialização da proximidade com os movimentos sociais; a possibilidade de trabalho com o alinhamento de projetos, o que potencializa imensamente a materialização de nortes do projeto ético político. Essas experiências, não podem ser generalizadas para a profissão, dado o pequeno número, mas merecem ter visibilidade, considerando serem experiências robustas em qualidade. Essas experiências não fazem frente ao déficit habitacional, mas servem como instrumento que fortalece o movimento e a classe trabalhadora, pois são espaços de resistência e luta. E, por fim, defendemos que tanto a nova inserção profissional aqui apresentada, como o debate aqui proposto, ventilem para a categoria profissional novas reflexões acerca do trabalho profissional e a luta política.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério das Cidades. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014.** Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. **O projeto ético-político do Serviço Social.** In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: Cefess/Abepss, 2009.

GOMES, Fabio Guedes. **Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal.** Revista Sociologia Política, v.17, n.32, Curitiba (PR) 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico/metodológica.** 10. ed. São Paulo: Cortez/Celats, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. **80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura.** Serviço Social & Sociedade, n. 128, p. 30-52, São Paulo: Cortez, 2017.

PAZ, Rosangela D. O. da; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Conceitos básicos para intervenções habitacionais.** In Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social. Ministério das cidades. Curso à distância, 2010.

PAULO NETTO, J. **A construção do projeto ético-político de Serviço Social.** In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). Serviço Social e saúde. São Paulo: Cortez, 2009. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

SANTOS, Cleonice Dias. **Trabalho social e movimentos de moradia: um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo 2016.